

Quando Dílson Funaro e João Sayad assumiram os principais ministérios econômicos do governo, não houve apenas mais uma troca de guarda entre czares da economia, que, na teoria, defendiam o livre mercado e, na prática, patrocinavam o inchaço da

burocracia no poder. No governo Sarney, a USP e a FGB perderam a hegemonia, sendo substituídas pela Unicamp e pela PUC do Rio. Mas houve mais do que isso: os economistas "ortodoxos", como Delfim Netto, Affonso Pastore e Mário Simonsen passaram para a

oposição, deixando o poder com os "heterodoxos", entre os quais o próprio João Sayad, todos discípulos da agitada portuguesa Maria da Conceição Tavares, aquela que chorou diante das câmaras para defender o cruzado.

Os economistas hetero-

doxos não são comunistas, no sentido pleno da palavra. Consideram-se de esquerda, alguns até se dizem socialistas, mas não defendem os sistemas superplacados praticados nos países do bloco soviético. São jovens entre 30 e 40 anos e bebem água da mes-

ma fonte: a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), que, como nos preceitos da teoria de John Maynard Keynes, destinava ao Estado um papel importante no desenvolvimento de países pobres (ditos "periféricos"), questionando os esquemas clássicos de co-

mércio do mundo capitalista. O Estado de S. Paulo tenta mostrar o que pensam esses jovens economistas, numa reportagem de Heli-val Rios (Brasília), Eduardo Ulup (Rio) e Eduardo Matos (Campinas), com texto final de José Nêumanne Pinto.

Os "golden boys" que mandam no País

Aparentemente, são homens comuns. Um torce fanaticamente pelo Palmeiras, outro reclama da má qualidade do restaurante da repartição pública onde trabalha, um terceiro garante que milita no PMDB porque é ele o partido "possível" na realidade brasileira. Na verdade, formam um grupo forte, poderoso até, com mais poder sobre a vida do cidadão comum do que uma bancada estadual de deputados à Câmara, com certeza. Eles são os **golden boys** (meninos de ouro) da Nova República: fizeram as contas do Plano Cruzado, prepararam as tabelas do Imposto de Renda, decidem se um dinheiro vai servir para melhorar os equipamentos telefônicos de Santa Catarina ou para irrigar o Piauí.

Num país como o Brasil, onde o Estado pode tudo e o cidadão tem de se cuidar muito para sobreviver, os economistas que ocupam hoje o segundo escalão dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, em Brasília, têm maior poder decisório sobre a economia do que qualquer empresário, por mais que a Constituição diga que o Brasil é um país capitalista, submetido às regras da liberdade do debate. Por isso, é importante saber de que ninho saíram esses meninos de ouro, o que pensam e como vivem. O torcedor fanático do Palmeiras, Luiz Gonzaga Belluzzo, leitor de Jorge Luis Borges e adorador de John Maynard Keynes, declara-se, para surpresa de muitos, contra a estatização da economia.

Grande, gordo, irreverente, franco, próximo do grosseiro, o "braço direito" de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda, João Manuel Cardoso de Melo, é um crítico feroz da política econômica dos economistas "ortodoxos", que dominaram os ministérios econômicos no regime militar. O modelo de desenvolvimento, voltado para o comércio externo, na sua opinião, agravou o grau de dependência da economia brasileira, tornando-a muito exposta às vicissitudes da economia mundial. Com o mesmo apetite com que devora sanduíches, que substituiu seus almoços no Ministério da Fazenda, Cardoso de Melo nega que o desenvolvimento do mercado capitalista se assente sobre a massa dos salários.

"Para mim, mesmo o que foi moda em certo momento, o marxismo, não se dá conta dos problemas do desenvolvimento brasileiro". A frase não é de Eugênio Gudin, Octávio Gouvêa de Bulhões nem de Roberto Campos, os três patronos da família "ortodoxa" de economistas brasileiros. Ela foi dita por Carlos Lessa, aos 50 anos um dos mais

antigos da geração, mas também um dos que detêm menos poder entre os "meninos de ouro" da Nova República: ele é apenas diretor do Finsocial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Militante do PMDB, por ser este o "partido possível" na realidade brasileira, ele vê na economia "o suporte do debate da questão social e da História", tal qual lhe ensinou seu professor na velha Universidade do Brasil, Tales Ramalho.

Mas, nos anos 50, a escola "ortodoxa" ainda mandava na economia brasileira. E, de lá até cá, Carlos Lessa e seus companheiros "heterodoxos" nada decidiam sobre os destinos da economia e podiam falar à vontade dos maus resultados das políticas monetaristas adotadas por Ernan Gólvêas, Mário Henrique Simonsen, Delfim Netto, Carlos Langoni e Affonso Celso Pastore, a maioria dos quais formados nas escolas mais clássicas da USP, em São Paulo, e da Fundação Getúlio Vargas, no Rio.

Foi o biólogo Zeferino Vaz quem, inconscientemente, transformou essa oposição num grupo. O fundador da Universidade Estadual de Campinas foi buscar no escritório da Cepal, fechado, em 1967, o núcleo do grupo, quando contratou os economistas Ferdinando Figueiredo e Wilson Cano e os levou ao campus de Barão Geraldo. Celso Furtado, o sertanejo de Pombal (Paraná), que dava aulas na Sorbonne, depois de ter partilhado o poder na época desenvolvimentista de JK, e Maria da Conceição Tavares, uma exímia cantora de fados, que se naturalizou brasileira, tornaram-se os santos padroeiros de um grupo de professores e gressos da militância da Ação Popular (AP), um fruto da Juventude Universitária Católica (JUC), que terminou saindo para a luta armada.

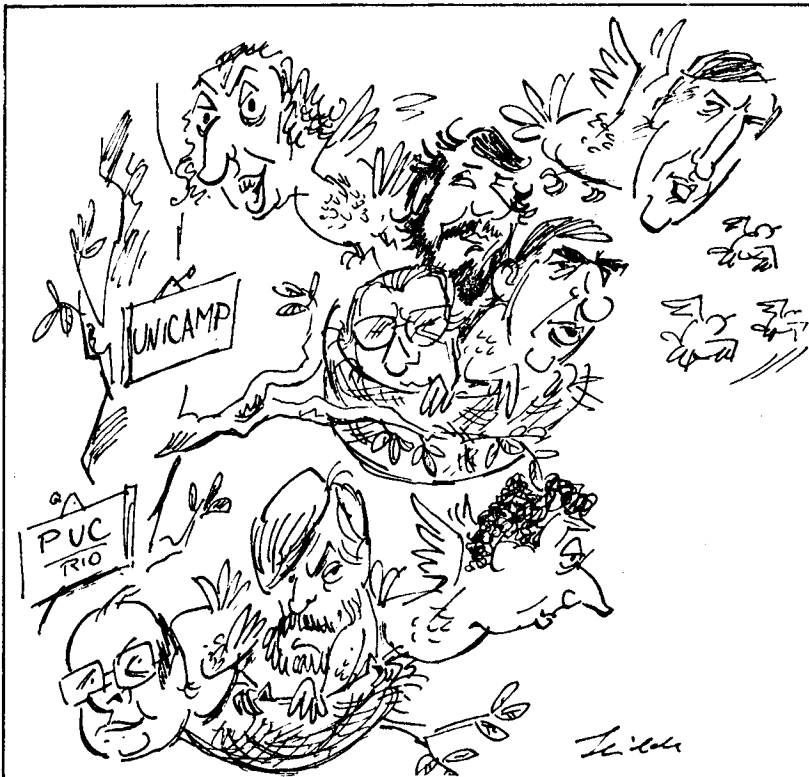
Da AP saíram Paulo Renato Costa Souza, atual reitor da Unicamp, e José Serra, também um ex-cepallino e principal responsável pela elaboração do programa econômico do candidato Tancredo Neves. Da AP também saiu para a democracia o candidato do PMDB ao governo do Rio, Wellington Moreira Franco. Os jovens que deixaram a AP e não se embrenharam na aventura da luta armada desenvolveram uma teoria econômica comum e se transformaram no reduto do pensamento esquerdista não marxista, de permanente oposição ao governo e às políticas monetaristas dos economistas "ortodoxos".

"Mas não nos limitamos à visão cepalina sobre a estagnação da América Latina, contestada na prática pelo de-

seenvolvimento brasileiro. Era preciso entender o crescimento como fruto da lógica da expansão capitalista", explica Carlos Lessa, que define o grupo como "muito irreverente com respeito a qualquer vertente ideológica". Daí foi que recorreram aos clássicos e caíram de paixão por Keynes, o economista britânico que entrou na moda por defender a intervenção do Estado na economia, num grau muito mais elevado do que o previsto pelos defensores do *laissez-faire* (que pode ser traduzido na gíria por "liberou geral") e mais ténue do que o pretendido pelos marxistas,

corpo, deveria ser pesquisada sua maior ou menor autonomia relativa em matéria de articulação com o sistema internacional. Situações como a atual, de maior fluidez nas relações internacionais, permitem um maior raio de manobra aos Estados nacionais, para realizar sua articulação dependente com sentidos históricos e orientações políticas completamente distintos".

O magro e ascético Luiz Gonzaga Belluzzo, bom conservador, frequentador da sociedade e fonte bastante fértil de jornalistas econômicos, consegue escapar do economês para explicar por



principalmente depois da revisão estatilista.

A musa absoluta dos "heterodoxos", Maria da Conceição Tavares, uma senhora portuguesa de 55 anos, que relançou a presilha *démódée* quando chorou pelo Plano Cruzado, via satélite, tem uma visão muito complicada sobre a intervenção estatal. Ela é, literalmente, a seguinte: "Enquanto agente interno do sistema de dominação, o Estado teria de ser entendido como agente político e econômico de coesão nacional e, uma vez esclarecido o conteúdo político da aliança de classes, que lhe dá

que é um grave equívoco supor que o maior grau de interferência do Estado na economia induza a um processo de socialização da riqueza. Segundo o chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda, acontece exatamente o contrário: quanto maior o grau de estatização nas economias capitalistas, menores são as possibilidades de se obter uma melhora da qualidade de vida da população.

O principal exemplo a que Belluzzo recorre, na condição de aplaudido caçula (tem 43 anos) do clubinho dos meninos de ouro da Nova República, é justa-

mente esta República aqui, o Brasil. Evidentemente, não o Brasil messiânico de Sarney-Funaro-Sayad, mas o Brasil "dos últimos 20 anos", expressão ótima para resumir bem o reinado do monetarismo dos velhos tempos da repressão. Aqui — argumenta o *golden boy* da Unicamp — o grau de estatização elevou-se enormemente à medida em que se verificou uma piora significativa nos índices de distribuição de renda. Em contrapartida, nos países nórdicos, onde o grau de intervenção estatal se reduziu sensivelmente, o processo fez-se acompanhar de uma significativa melhora nos níveis de qualidade de vida da população. Argumento tão brilhante contra a estatização seria difícil de se encontrar, a não ser se se compilhassem estudos dos mais novos gênios da escola "ortodoxa" (a oposta, que tem em Gudin seu santo padroeiro), Paulo Rabelo de Castro, da FGV do Rio, e José Tiacci Kirsten, da USP, de São Paulo. "Estes dois exemplos podem não comprovar que, quanto maior o grau de privatização numa sociedade capitalista, melhora a qualidade de vida", contra-ataca Belluzzo. Mas, em compensação, arremata: "Seguramente comprova que não há qualquer relação entre o aumento da estatização e a melhora da qualidade de vida".

Para a sociedade civil resta o alívio de saber que o mais ardoroso defensor da estatização econômica "keynesiana" é um crítico ferrenho da política estatizante que, na prática, Delfim Netto presidiu. Belluzzo diz e os fatos parecem mostrar que o ex-ministro da Fazenda (governo Médici) e do Planejamento (governo Figueiredo), embora sempre se utilizando de uma retórica privatizante, atuou como um estatizador voraz. "E, enquanto isso, sua política econômica esteve sempre totalmente desvinculada de qualquer preocupação com o social", completa o crítico da política monetarista ("a velha teoria quantitativa da moeda não funciona hoje"), que dá um motivo para seu raciocínio: o Estado, nas economias modernas, não se insere mais naquele conceito do século XIX. O Estado — ele acha — perdeu sua "pureza", seu papel intermediador, para se identificar, cada vez mais, com as elites.

"Num país como o Brasil, se você cortar um incentivo concedido pelo governo à indústria, isso dá a maior repercussão. Os líderes empresariais vão telefonar no mesmo dia para o ministro, virão aos gabinetes em Brasília. As pressões que as elites exercem sobre o governo são muito fortes e é possível

que ele tenha de rever sua decisão. No entanto, se o governo cortar a distribuição de leite nas periferias urbanas, é provável que não aconteça nada. Muitas vezes o indivíduo que perdeu o benefício não tem nem dinheiro para tomar um ônibus e protestar na frente do ministério." Numa economia como a brasileira, segundo Belluzzo, o Estado é oligárquico e o nível de renda das pessoas é diretamente proporcional à ação que elas exercem sobre o governo.

De temperamento calado, leitor de poesia e de Rubem Fonseca, João Manuel Cardoso de Melo, da geração intermediária dos *golden boys*, com seus 47 anos de idade, o Mané, como é tratado pelo sócio em estudos econômicos (Belluzzo), reconhece que, recentemente, se ampliou o grau de abertura da economia brasileira e que as exportações desempenharam papel importante nessa expansão. Mas o companheiro de apartamento de solteiro (a família vive em São Paulo e ele continua a odiar Brasília) de Luiz Gonzaga Belluzzo não atribui ao setor externo o caráter de elemento dominante à "equação brasileira". Como não concorda com os que acham que o capitalismo não teria vingado no Brasil sem que os salários fossem tão baixos. Acusa-os de um mal intitulado "romantismo econômico" e justifica sua fama de "pragmático, profundamente analítico, de senso crítico aguçado e essencialmente voltado para o trabalho".

Nas complicadas opiniões dos *golden boys* da Nova República e de sua musa, Maria da Conceição Tavares, está a semente de uma visão diferente daquela como a economia sempre foi encarada no Brasil. A longa marcha da linha "ortodoxa", iniciada por Adam Smith, no século XVIII, e seguida por Milton Friedman, criador da "escola de Chicago", foi interrompida no Brasil, sem que sequer conhecessemos um autêntico liberalismo político e econômico. Numa economia, na prática dominada pelo centralismo planejatório do Estado voraz e ineficiente, a teoria de Alexis de Tocqueville é apenas um sonho. Quando a retórica "ortodoxa" comandou o assalto à iniciativa econômica pela burocracia estatal, o país não podia reclamar, por estar submetido a um regime político forte, autoritário. Na gestação de uma democracia política, é preciso que o país conheça, da forma mais transparente possível, quanto há de prático na nova retórica dominante, a "heterodoxa", cuja raiz é John Maynard Keynes e cujo tronco é o comandante da Cepal, Raul Prebisch.